Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 13 de abril de 2022
Ata N.º 07

No dia treze de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

PONTO DOIS – Nomeação do fiscal único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 26.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

PONTO TRÊS – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela para o quadriénio 2021_2025.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;

- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre.
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. João Miguel Marques da Costa;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa:
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado a **Sr. João Manuel da Cruz** que se encontra presente.

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Erica Sofia Caeiro Ribeirinho** que se encontra presente.

- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Xavier Felicidade** tesoureiro da Junta.

- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.

- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino** que se encontra presente.

- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Braz de Almeida Matos Gaspar** secretária da Junta.

- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás dos Anjos Barão** que se encontra presente.

- **Sr. João Miguel Marques da Costa do PS,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos da sua nomeação para Ministro da Educação, pelo período de um ano a partir de 25.03.2022 a 12.04.2023, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário, não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora, vago será ocupado pelo **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques q**ue se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. João Manuel da Cruz, Sra. Erica Sofia Caeiro Ribeirinho, Sr. Carlos Alberto das Neves Moço e a Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino da CDU, o Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS e o Sr. Tomás dos Anjos Barão do BE,** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Boa noite para todos e todas.

Bem-vindos a esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela, para quem nos segue em casa uma saudação também. Dizer-vos que se trata de uma Assembleia extraordinária e que temos uma série de substituições que eu vou passar, desde já a mencionar sendo que, a primeira tem que haver tomada de posse."

Período da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Avançamos para a nossa ordem de trabalhos com uma saudação ao Sr. Presidente de Câmara, aos Srs. Vereadores, às Sras. Vereadores, e um agradecimento aos serviços da Assembleia que estão aqui a prestar-nos todo este apoio e que vieram bem cedo para que tudo estivesse em condições. Temos três pontos da ordem de trabalhos o ponto número um, digamos, que é um ponto de ordem de trabalhos que nos faz estar hoje aqui enquanto Assembleia Municipal extraordinária.

Sr. Presidente de Câmara se faz favor.

PONTO UM – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, restantes membros da mesa, Sras. e Srs. membros da Assembleia, trabalhadoras/es do município, comunicação social, público, quem nos acompanha também na transmissão via internet, a todas e a todos, uma saudação fraterna.

Esta 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem como finalidade:

-Incluir verbas relativas à Transferência de Competências na área da Educação;

-Proceder à inscrição de parte do saldo da gerência de dois mil e vinte e um, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam "a definir" e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;

-Efetuar outros ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento.

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão de parte do saldo de gerência de dois mil e vinte e um, no valor de um milhão, cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito euros.

Efetuou-se, também, o reforço das seguintes rubricas:

–Transferências correntes no valor de três milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e nove euros, relativo à comparticipação do Orçamento de Estado no âmbito das Transferências de Competências da Educação;

–Venda de bens e serviços no valor de trinta mil e seiscentos euros, relativo à comparticipação familiar que se estima das refeições escolares do 2º e 3º ciclos e secundário e secundário, no âmbito da transferência de competências neste domínio;

–Venda de bens de investimento no valor de quarenta e cinco mil euros, relativo à venda de imóvel para que fiquemos já esclarecidos trata-se da alienação de um imóvel que tínhamos já em mau estado, há alguns anos no município de Setúbal e que consideramos que era preferível aliena-lo para reinvestir também em imóveis como estamos a fazer no nosso concelho no âmbito da estratégia local de habitação.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de quarenta e seis, oito milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de quarenta e oito, sete milhões de euros.

O total do Orçamento após a 2ª Alteração Modificativa, ficamos com um orçamento de setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três euros, que representa um acréscimo de seis, sessenta e dois por cento, relativamente ao Orçamento atual.

Assim, propõe-se, ao abrigo da legislação aplicável a Assembleia Municipal, possa deliberar a aprovação desta 2.ª Alteração Modificativa.

Como vos disse, era indispensável ocorrer neste momento, nós, em bom rigor, só tivemos os mapas ainda desatualizados e com muitas inconformidades do valor das transferências na educação no final do mês. Aqui não tivemos que aprovar algo de transferência, tivemos de começar a exercer estas competências a partir de dia um com a promessa de que à portarias, que há ainda valores que vão ser revistos e aí também em sede do próximo Orçamento de Estado, mas, para já para podermos dar seguimento ao exercício das competências pagar os salários e outras questões aos trabalhadores e trabalhadoras já neste mês que passam nos restantes ciclos de ensino como assistentes operacionais, a ser funcionários da autarquia e também para podermos transferidos já, verbas, para despesas correntes e de conservação das escolas para os diretores e agrupamentos de escolas, tínhamos e temos que incorporar já este valor quanto antes.

Vexas. poderão ver com detalhe mais na parte orçamental, que há, de facto, um reforço de um milhão, seiscentos e noventa e seis mil euros, para pessoal do quadro, oitenta e seis mil cento e sessenta e sete euros, para pessoal contratado a termo, estes regimes são os regimes dos trabalhadores que vêm agora do Ministério da Educação.

Temos depois, duzentos e cinquenta e cinco mil euros para os subsídios de refeição, temos trezentos e noventa e três para o subsídio de férias e natal, duzentos e vinte e três mil euros para a Segurança Social, trezentos e um mil euros também para a Segurança Social, enfim, é compreensível de onde, isto vem e que isto entra e sai, nos mesmos valores e não chega, não chega, porque já tivemos oportunidade até de dizer que vamos ter já a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento no dia vinte e seis de abril, porque já encontrámos problemas, nós já temos aqui desvios de cento e setenta e tal mil euros, e que a continuar nesta ordem até já temos desvios para o ano de trezentos e oitenta e seis mil euros, só nesta área do pessoal, mas acreditamos que os mapas, hão-de vir corrigidos e que o Orçamento de Estado há-de repor os valores na justa medida da transferência que agora que somos levados a aceitar.

Há também aqui verbas da alimentação escolar na própria receita, como foi referido expectável neste valor.

Bom, nas receitas e sobretudo isto, porque entretanto, parte do nosso saldo serve, sobretudo como foi dito no corpo da proposta para fazer aqui reforços nalgumas rúbricas na área, enfim, de peças, maquinaria, reparações, enfim, são, sobretudo despesas correntes, porque, de facto, os preços aumentam os bens aumentam e aquilo que tínhamos estimado já o ano passado, quando fizemos o orçamento já era um bocadinho a pele com a primeira modificação que já aqui aprovámos já repusemos reforços, estamos particularmente preocupados com aquilo que se passa na área dos resíduos, aliás, já eramos para ter posto aqui uma tranche maior, porque com o aumento da "TGR - Taxa de Gestão de Resíduos" e o aumento dos custos por tonelada de deposição na Amarsul passam de vinte e quatro, para quarenta e tal, devem imaginar e porque estamos a recolher mais toneladas de resíduos, que a fatura vai aumentar, mas isso não colocamos já, todo o saldo, ainda temos aqui, outro saldo para uma próxima revisão que estimamos que tenha que ocorrer já em maio, seja por via das transferências na área da saúde se viermos a assinar o auto que está difícil, seja por via dos reforços que temos que fazer no âmbito da transferência de competências para as juntas de freguesia que gostaríamos de aprovado também em maio/junho para que, a partir de julho, as juntas de freguesia possam exercer competências como sabeis na área da conservação dos verdes, na limpeza, mobiliário urbano, escolas, algumas que são exercidas hoje por acordos de execução e passam a ser

competências próprias, mediante a disponibilização de uma verba que nós não transferimos para as juntas, mas que o Orçamento de Estado, a "*DGAL-Direção-Geral das Autarquias Locais*" tira à Câmara, deixa de transferir nesse valor e passa a transferir diretamente para as juntas de freguesia..."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20,57 horas.

"Há aqui, depois outros outro outros reforços, olhe, por exemplo, uma coisa não prevista, mas para podermos passar a utilizar plataformas para a gestão desta questão dos cartões das refeições, das atividades de apoio à família etc. etc. só em software, nós vamos investir mais cinquenta e quatro mil e oitocentos euros e este dinheiro não vem do Orçamento de Estado, mas é uma necessidade que decorre desta transferência de competências, isto para vos dizer que estamos determinados, estamos a trabalhar, mas temos ainda muito caminho para fazer nesta Comissão de Acompanhamento e os municípios já no último Conselho Metropolitano decidiram por unanimidade que a primeira grande reunião de trabalho após a tomada de posse do novo Governo tinha que ser sobre esta matéria, porque há muita coisa que não esta minimamente afinada, mas estamos para já com as verbas e os elementos essenciais para poder exercer as competências sem grande interrupção. Já fizemos reforços também a pensar em novos concursos da alimentação escolar, o que vai ser muito difícil, porque os preços de referência pagos pelo ministério já eram baixos e inferiores àqueles que são praticados nos contratos com a câmara e nos últimos três meses, aquilo que conheço de outros municípios são concursos desertos e com preços que duplicaram o valor das refeições escolares e ninguém quer fazer hoje contratos a dois ou três anos, porque nenhuma empresa consegue ter a certeza do custo médio dos bens alimentares e outros, para assumirem essa responsabilidade.

Temos aqui enormes desafios pela frente, mas, para já isto permite dar resposta a estes primeiros meses e também na fase de transição, porque ainda há contratos do ministério que se mantém em vigor, mas que depois em fim de junho/julho acabam e, portanto, nós nesta altura, temos que ter tudo preparado para assumir tudo.

Há também verbas que entraram transferência de competências e encargos com instalações, isto também entra, o nosso orçamento aqui nesta matéria cresce, mas isto sai tudo e começa já a sair a partir da próxima reunião de Câmara, porque vamos transferir para os agrupamentos e diretores de escolas também verbas significativas para os encargos com instalações, para a conservação, que é pouco, essas não são significativas, porque vinte mil euros por escola, comparem com aquilo que nós temos aprovado aqui para as nossas juntas de freguesia, ficou a promessa de haver numa revisão de uma portaria que defina a fórmula, de custo consoante a tipologia de edifícios, salas, porque não faz sentido estipular a nível nacional, um valor de vinte mil euros para reparações por agrupamento, sem conhecer a realidade, a dimensão, e a diversidade das tipologias, ficamos também de boa-fé a aguardar publicação dessas portarias, porque senão os senhores diretores das escolas, vão-nos bater à porta a dizer que se acabou o dinheiro e que não têm como reparar a porta, a torneira, o estore, ou a humidade que entrou na sala de aula.

Nós, para além dos reforços, aqui nalgumas questões correntes também reforçamos mais uma verba para a estratégia local de habitação, para aquisição de serviços, porque, de facto, é impossível fazer projetos, lançamento de concursos e empreitadas para um pacote elevadíssimo que já têm noção, para cinco anos, vão ser quase vinte e seis milhões de euros, só com os recursos que temos. Não há condições para fazer projeto internamente, para contratar, para avaliar, para enfim, até para fiscalizar, nós vamos ter que ter aqui empresas a trabalhar connosco, sob pena de não se conseguir aproveitar esta oportunidade também do "*PRR - Plano de Recuperação e Resiliência*" de investimos neste domínio que é um desígnio nacional, dar aqui uma resposta de habitação como nunca foi dada há dezenas de anos.

Temos aqui reforços também para a infraestruturação, para a execução da rede de drenagem de águas residuais no "Abreu Grande" Carregueira, já temos o projeto terminado e como era de calcular isto cada mês que passa o projeto já aponta para valores superiores, estamos a reforçar aqui com mais cinquenta mil euros para lançar este ano, sendo que é uma obra para dois ou três anos, porque é uma obra pesada.

Destaco aqui também, mais alguns arruamentos, a requalificação de um espaço exterior em parque de estacionamento na zona sul de Pinhal Novo, na João Castro junto à "*SFUA-Sociedade-Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo*", na Mouzinho de Albuquerque, mas quero aqui destacar também aqui reforços para a

eficiência energética em edifícios municipais também para o apoio ao associativismo para podermos levar as propostas agora à próxima reunião, mas temos também aqui obras novas, pavimentação da rua Isidoro Vitorino, ainda só verba para o projeto, a rua Jaime Lopes Baião em Venda do Alcaide, que os moradores reclamam a substituição do piso de calçada por betuminoso, temos a rua António Ferreira Calote em Cabanas, mais duas em Cabanas, rua Manuel Basílio e rua João Petrónio, já para fazer obra estavam inicialmente no nosso orçamento previsto para dois mil e vinte e três, mas, como já concluímos o projeto temos condições para lançar já, e achamos que é de lançar já, porque depois há projetos e obras para fazer para outras, portanto, trocamos aqui a prioridade e neste caso, quando é antecipar, é bom sinal. A rua das Boiças também na Quinta do Anjo, no acesso a um condomínio empresarial importante com cinco empresas de relevo na nossa freguesia, mais verbas para vários projetos de infraestruturação, reforço da sinalização horizontal começou uma empreitada há umas semanas, vai-se esgotar rapidamente ela agora para o por causa do da unidade e da chuva, mas se mantiver o bom tempo dentro de uma semana, estaremos de novo no terreno, mas já estamos aqui a prever mais cinquenta e cinco mil euros, mais cem mil euros para projetos, no âmbito da promoção das acessibilidades e também de infraestruturas e, portanto, o resto como podem verificar nos documentos são acertos.

Dois mil e trezentos euros para a promoção turística, mas, sai de um lado, vai para outro, mais dois mil para outra rubrica, isto tem que ver com publicidade turística, há aqui um reforço que até já tem que ver com a iluminação de Natal, porque só o podemos fazer os concursos ainda com preços aceitáveis se os fizemos em junho/julho, quando se deixa derrapar este tipo de contratos de setembro em diante, ou as empresas já estão comprometidas as boas, e que têm coisas bonitas com outros municípios, não é ou já não conseguimos pelo orçamento que temos anualmente para isto e também tivemos fazer aqui um reforço de vinte e cinco mil e quinhentos euros, portanto, como podem calcular até pelo valor em presença parece ser grande, mas atenção naquilo que mexe com o nosso saldo está aqui explicado o que é que ele reforça, daquilo que vem do Orçamento de Estado, tem que ver com transferência de competências e é dinheiro de caixa entra de um lado, sai de outro. Na prática, não estamos a gerir, estamos apenas a fazer aqui transitoriamente de caixa de tesouraria para transferir uma vez que também decidimos e esta já é uma opção política, fazer neste capítulo da delegação de competências na educação fazer aqui uma gestão partilhada com os agrupamentos e as direções de escolas, para nós esta questão da autonomia das escolas não é apenas um slogan nem uma bandeirinha achamos que nesta matéria quem está mais perto, e quem está no terreno, conhece como pode gerir no dia-a-dia as instalações que tem condições para o fazer bem, sendo que a qualquer momento, se houver decisão e avaliação pouco positiva dessa matéria, estas competências podem não ser avocadas à Câmara Municipal, mas, para já, é este o modelo que acreditamos de gestão partilhada, sendo que há matérias que são, obviamente da competência da Câmara e que não podem ser delegadas nem a lei permite.

De grosso modo, era isto Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, reservo-me para as outras questões que queiram colocar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos, enfim, aqui com uma alteração modificativa na ordem dos cinco milhões de euros, que o senhor muito bem explanou, esperemos que é a inflação seja conjuntural e não estrutural, e coloco esta alteração modificativo à discussão.

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente, na sua pessoa permita-me cumprimentar os elementos da mesa, cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, a Sra. Vereadora e os Srs. Vereadores aqui presentes, caras e caros membros da Assembleia Municipal, trabalhadores e trabalhadoras da autarquia aqui presente, comunicação social e público que nos acompanha aqui ou online.

Relativamente a esta proposta, já na minha intervenção sobre a 1ª alteração modificativo ao orçamento e às Grandes Opções do Plano, na sessão de fevereiro referi que estávamos perante um o maior orçamento apresentado até à data e que não devíamos ficar por ali, em termos de alterações modificativas, pois bem, já decorridos dois meses está este órgão deliberativo reunido para discutir e aprovar uma 2ª alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, e os pressupostos que justificaram a 1ª alteração em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com exceção da inclusão das verbas relativas à transferência de competência na área da educação, são iguais, dotação de rubricas que se encontravam a definir e reforçar outras, com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano, e efetuar ajustamentos nos documentos em vigor.

Em termos de orçamento, o reforço da 1ª modificação foi de treze milhões e seiscentos mil euros, agora com esta 2ª alteração é nos apresentado um reforço de mais de quatro milhões e oitocentos mil euros. Quanto às grandes Opções do plano na 1ª alteração, foram aprovados mais dez, cinco milhões de euros e com esta 2ª alteração as GOP passam a uma dotação de mais de um, nove milhões de euros. Ora, eu passar a fazer uma leitura errada, mas creio que o orçamento apresentado para dois mil e vinte e dois, em dezembro de dois mil e vinte e um, deveria em articulação com as GOP que foram apresentadas, refletir os investimentos e as atividades mais relevantes da gestão desta autarquia para o quadriénio, independentemente das atualizações que depois fossem fazendo. Se estes reforços, sobre o reforço, de milhões, sobre milhões, não são indicativos de falta de planeamento e de visão, não sei bem o que é que indicará, se não se consegue fazer uma extrapolação aproximada das despesas e das receitas, que se irá ter no ano alguma coisa não está correta.

A transferência de competências não pode ser a desculpa, até porque já sabíamos que isto iria acontecer nesta altura e uma coisa não saber com antecedência o valor exato outra coisa e não se contar com ele com ela desde o início, mas também não me vou alongar muito nesta retórica porque já adivinhamos que mais alterações modificativas vão acontecer daqui a uns meses, porque mais uma vez não existe o planeamento futuro.

Uma coisa é, fazemos revisões e pequenos ajustes e correções necessárias e espectáveis, outra coisa desvirtuar totalmente o instrumento que deveria ser estratégico de planeamento, porque não foi ponderado, mas estimação aproximada sequer. Apesar destas notas críticas que acredito que também não serão as últimas esta alteração modifica ativa revestem parte um aspeto que a bancada do Partido Socialista considera essencial para que seja atribuída a esta autarquia, os meios para uma gestão mais eficiente e eficaz que é a transferência de competências e por essa razão a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta, independentemente de considerar que as opções orçamentais, ora tomadas, não sejam as mais adequadas.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente de Câmara pediu-me para usar da palavra já de seguida, porque tem aqui uma adenda que aparentemente não estará incluída em todos os documentos..."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"E é demasiado importante, trata-se da verba, o reforço para o Pavilhão da Secundária de Palmela, porque nós para podermos adjudicar temos que ter o valor ah! Está, está, eu não vi foi em dois mil e vinte e três, é que nós ao alterarmos não estamos a alterar só o orçamento de dois mil e vinte e dois, estamos também a alterar o orçamento de dois mil e vinte e três que à aqui reprogramação, mas estamos aqui a pôr mais quatrocentos mil euros para o Pavilhão da Secundária de Palmela, e porquê, porque embora o concurso tenha sido lançado já na ordem dos dois milhões e duzentos mil euros, as propostas são todas elas muito mais elevadas, a atual legislação e Código dos Contratos públicos permite, quando não ultrapassa uma determinada percentagem que se possa propor a adjudicação, naturalmente ao mais baixo, em vez de mandar abaixo o concurso e repetir e, portanto, nós não vamos mandar abaixo o concurso, porque não temos

a expectativa de que alguém consiga, no quadro atual responder àquele preço base e para estarmos preparados para poder levar isto a reunião de Câmara, estamos já aqui a reforçar que é uma obra que se faz em dois anos, o ano seguinte com mais quatrocentos mil euros, era esta explicação que me faltou de dar no início.

Comentarei e explicarei as outras questões."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Da leitura dos documentos, com certeza que cada um dos membros lá chegaria.

Carlos Vitorino PSD, se faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite a todos, cumprimentando todos por igual nesta reunião.

Referir apenas que, estamos em abril, estamos na 2ª alteração, modifica do orçamento, sendo certo que algumas outras se seguirão compreendemos que de facto a transferência de competências na área da educação possa necessitar, de facto, de uma alteração, mas em relação ao resto, é aquilo que que nós costumamos dizer, é mais do mesmo, passamos as rubricas que estavam a definir, vamos reforçando, vamos tirando, vamos ajustando e vamos passando de alteração modificativa em alteração modificativa como é habito fazermos habitualmente, digamos, o pleonasmo.

O Partido Social Democrata ir-se-á abster, visto ser um orçamento que não é o nosso, e serem alterações que de facto também não são nossas.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Valente, MCCP, se faz favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Obrigado Sr. Presidente, permita-me que cumprimente todos na sua pessoa de forma igual e com respeito.

Muito obrigado Sr. Presidente de Câmara pela explicação da 2ª alteração Modificativo do Orçamento. No que diz respeito a esta matéria o MCCP, gostaria de referir o seguinte:

Especificamente em relação a transferência de competências na área da educação que se tornou efetiva no dia um de abril, consideramos que as tomadas de posição do município nos últimos anos com a sucessiva recusa em aceitar esta realidade a que agora somos obrigados, bem como as várias iniciativas manifestação contra essa aceitação e nada resultar, pois hoje assumimos inevitavelmente de algo, que sabíamos que já há alguns anos, um dia aconteceria, mas também sabemos que o setor da Educação não vê com bons olhos essa transferência de competências para o município. Pois entende que se criará uma dupla tutela na educação que poderá também vir a proporcionar uma divisão do Sistema Nacional de Educação distinguindo os concelhos com mais condições em termos financeiros dos que terão menos condições criando inevitavelmente, um desequilíbrio da oferta educativa.

As escolas também têm demonstrado dúvidas quanto à capacidade de colaboração intermunicipal já que o relacionamento entre os municípios na educação também será importante corrigir desequilíbrios e garantir uma oferta educativa homogéneo. Para além disso e mencionando apenas um pequeno exemplo, aliás, o Sr. Presidente também referiu, de acordo com a legislação é transferida anualmente para cada município, a verba de vinte mil euros por escola para financiamento das competências de conservação e manutenção, valor esse

que parece ser claramente insuficiente para cumprir o seu propósito. As escolas não reconhecem competência específica aos municípios para receber área da educação, o que por si já é um mau princípio e os municípios andaram vários anos a recusar tais competências sem que em ambos os casos houvesse uma postura mais pró-ativa no estudo e avaliação mais detalhada das competências a transferir e a sua valorização para que evitássemos chegar a este momento sem uma clara consciência do que precisamos fazer e ter em termos de recursos para que esta transferência possa ocorrer sem que prejudique a educação das crianças e jovens do município.

Para o ano corrente está inscrito um valor da ordem dos três virgula sete milhões de euros por corresponder a cerca de três quartos do ano e para os anos seguintes, uma verba de cinco virgula dois milhões de euros, a questão que se coloca é, é suficiente para desenvolver o pilar da Educação em Palmela? Não é suficiente? Então de quanto precisaríamos para que pudesse esta transferência de competências constituir uma vantagem para os estudantes do município para as pessoas em geral?

Já todos sabemos ou temos a perceção de que é insuficiente, mas o que não sabemos é que verba e que pressupostos seriam adequados para que esta ação pudesse constituir uma mais-valia para todos. Assim e tal como fizemos na aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do plano para dois mil e vinte e dois, o MCCP, irá votar favoravelmente esta proposta, mas mantem muitas reservas quanto a este orçamento na sua generalidade.

Estaremos atentos à sua execução ao longo do ano e esperamos que, nos próximos anos do mandato em curso, o executivo possa construir um orçamento assente numa estratégia clara e com prioridades bem definidas para o município.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos, Sr. Presidente os meus cumprimentos.

A posição da CDU relativamente a esta matéria é a seguinte, a CDU acompanha a fundamentação apresentada que acompanha o documento apresentada pela Câmara, considera que as mudanças introduzidas estão bem enquadradas, são transparentes, claras e objetivas, independentemente de o caminho que temos que traçar perante um grau de dificuldades enorme que temos pela frente, temos a certeza que somos capazes de levar a bom termo, portanto, a execução deste orçamento e das modificações apresentadas.

Nesta conformidade, a CDU vai votar a favor."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Joaquim Pires.

Não tenho mais nenhuma inscrição, muito bem, Sr. Presidente de Câmara para terminar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito sucintamente, esta matéria de transferência de competências levar-nos-ia aqui a discutir o conceito e eu até estranho intervenção inicial do MCCP, fico sem perceber o quê, se tem a noção do que é que está em causa, se são a favor, se são contra, ou se eram a favor em determinadas condições, nós, por princípio, somos contra, porque isto não acrescenta nada à educação localmente, isto é fazer das Câmaras

encarregados operacionais, isto não é nada, nós não vamos decidir nada, mais do que aquilo que já decidimos hoje, vamos é ampliar a nossa área de intervenção, olhe! É uma palavra feia, algumas matérias, somos autênticos tarefeiros, mas não vamos reabrir esta discussão e houve, de facto, um momento para a luta, para a contestação, para a demonstração de que isto não acrescenta nada e que pode até ser perverso, porque também quer que fique claro que o nosso descontentamento não é só com a insuficiência de verbas, porque sabemos que elas são insuficientes tem mesmo que ver com o conceito, territorializar as políticas de educação é outra coisa e isso pode ser feito até de outra forma, revendo até o modelo de gestão das escolas, a participação da comunidade, enfim, são outras coisas, mas, de facto, sem reabrir essa discussão aquilo que está em causa também não é justo dizer-se que andámos a empurrar com a barriga porque nós trabalhámos, nós quando dissemos que isto ia resultar muito precariamente e que iríamos ter problemas, nós fizemos o trabalho que não falamos de ânimo, leve, nós tínhamos os estudos feitos, nós fizemos avaliações periciais nas escolas, fizemos vistorias, sabemos que obras é que são necessárias fazer, tínhamos mapas, eu nem falo nesse desvio, porque dizem que vai sair depois uma portaria e que essas obras há um financiamento específico, nós temos obras de quatro milhões para fazer nas escolas.

Se formos a José Maria dos Santos em Pinhal Novo, ali é fazer quase tudo, se calhar, quatro milhões não chega de facto, mas nós fizemos o trabalho e fizemos o trabalho preparatório das coisas e, tanto, fizemos o trabalho que estamos a entrar nesta transferência de competências, com tranquilidade, com tudo tratado, com tudo negociado, com os agrupamentos e com o Ministério da Educação que, por acaso nesta matéria em concreto, eu tenho dito publicamente e o Senhor também disse à frente de toda a gente, que teve no município, o município proactivo, não são palavras minhas é do Sr. Diretor Regional, propositivo e que deu luta e elogiou a nossa postura e a nossa preparação, e percebeu que na Comissão de Acompanhamento, vamos ter que dirimir aqui muitas questões para não nos zangarmos, para já, temos aqui um voto de confiança de parte a parte, para fazer aquilo que tem que ser feito e já não há aqui sequer a questão de fazer contra a vontade é para exercer, é para exercer a competência seja de que forma for, mas estava aqui a faltar-me um aspeto também quero elogiar, que tivemos um interlocutor a altura que sabia o que é que estava a falar e quando não sabia e não tinha resposta para nos dar, remeteu para mais tarde e deu a resposta que podia dar.

Já noutras áreas, eu nem quero aqui chamar esse assunto à coação, porque temos tempo de falar nele, na saúde, nós pura e simplesmente somos totalmente desconsiderados, nós não sabemos quem é que nos responde, as questões somos obrigados a colocá-las por e-mail, as respostas são sempre incompletas, evasivas, inconclusivas, e é por isso que não assinamos o auto de transferência. Se isto se operacionalizasse com um auto de transferência como na saúde não estávamos hoje aqui a discutir isto, porque nós não tínhamos aceitado as competências, enquanto as contas não batessem certo, na saúde as coisas são muito mais graves, mas temos tempo de falar nisso também neste órgão se o entenderem.

Agora, quero dizer-lhe que esta alteração modificativa visa operacionalizar e temos instrumentos e orçamento para exercer esta nova competência nestas áreas, nestes domínios e ciclos de ensino, mas visa também Sras. e Srs. membros da Assembleia, reforçar o orçamento para obras, naturalmente, quem se abstém, quem vota contra é livre de o fazer, tem a responsabilidade que tem, mas este orçamento, não é um orçamento de fazer de conta, agora quero aqui também refutar por completo esta deriva que há agora aqui nos últimos tempos de falar de falta de estratégia, falta de planeamento, então eu vou retorqui de uma forma, se calhar, que os senhores não gostam, eu acho é que, há falta de conhecimento da vossa parte de como é que se faz um orçamento e das condições legais para o fazer, Srs. e Sras. membros da Assembleia, então está-me a dizer que eu tinha que prever já as verbas no início do ano, como? Eu não posso pôr verbas sem ter o orçamento e sem ter o documento, que me habilite e que me diga, preto no branco, publicado "*o senhor vai receber "x"*, a próxima revisão que tivermos alteração modificativa, os senhores vão dizer outra vez que é falta de planeamento e que é avulso, eu acabei de assinar com a Área Metropolitana de Lisboa, e com a Entidade Gestora dos Fundos, um plano de ação de combate às comunidades desfavorecidas para Poceirão e Marateca, que vai fazer crescer o nosso orçamento em seis milhões e meio de euros, queria que eu o pusesse-se no início do ano, o concurso foi no início do ano, fomos os primeiros a fazer a candidatura e a vê-la aprovada só posso por isso no orçamento e queria eu já ter metido, já podíamos fazer despesa, quando tiver o documento e o Sr. Diretor diz, sim senhor eu ponho no orçamento é que essa coisa de meter aqui como dantes, é que se faziam orçamentos e punha-se lá dinheiro sem se ter dinheiro para, isso acabou, acabou há muitos anos.

Os orçamentos virtuais já desapareceram isso era a mesma coisa que eu chegar aqui por agora o programa de mandato todo da Câmara sem saber quanto é que custa punha aqui orçamentos de um euro, dez euros, dez mil euros e depois logo se vê quando milhões é que custa, isso deixou de ser possível chamo a vossa atenção para isto podemos de estar em desacordo entre coisa, agora acusar de falta de planeamento, não, eu sei o que é que quero por no orçamento, mas só podemos pôr no orçamento com tivermos documentos legais que nos admitem a pôr, eu dou-lhe o exemplo, eu não posso, por verbas definidas no empréstimo, enquanto não tiver o empréstimo aprovado, nós temos obras que vão ser candidatadas eu só quando tiver a aprovação é que posso meter as verbas definidas no orçamento, estou a chamar a atenção para isto, vão encontrar e ainda bem, que esta coisa que os senhores acham que é defeito ter muitas alterações modificativas, nós achamos que é uma qualidade, porque é sinal que estamos a conseguir, a lutar novos recursos e fundos para novas obras no âmbito de novas candidaturas que fazemos, nós só podemos meter o dinheiro a Estratégia Local de Habitação depois de ela ser aprovada no orçamento de outra forma não podíamos.

Esta coisa de estar a aparecer agora isto da transferência de competências mais tarde aparecer mais algumas obras, pois, claro, elas de momento, não podem ser lá colocadas se eu não tenho dinheiro em orçamento para as colocar. Eu refuto esse tipo de ilação de interpretação e teremos oportunidade, obviamente, já se calhar no orçamento de dois mil e vinte e três, aí já com candidaturas aprovadas de perceber melhor o que está em causa para este mandato. Falta de previsão, então os senhores conseguiam prever, que ia haver uma guerra, conseguiam prever que as obras que dantes tinham desvios com o preço do aço, dezasseis por cento a trinta por cento, hoje tenho obras que duplicaram o valor do preço base, esta questão da Amarsul, por exemplo, da taxa de gestão de resíduos, eu até parece que uma vez sonhei que íamos conseguir que o Sr. Ministro revogasse esta questão, mas não revogou, e, portanto, o preço da tonelada qualquer dia pagamos o lixo, ao preço daquelas matérias-primas complicadas, portanto, é normal que tenha que haver mais despesas de combustíveis, as aquisições de serviço que estamos a fazer estão a aumentar, é normal que tenha que haver reforços e mexidas, ainda bem, Srs. e Sras. membros da Assembleia, que não temos logo a verba toda comprometida do saldo na primeira revisão, porque o princípio, por exemplo, a transferência de competências para as juntas de freguesia o que está na lei é aquilo que gastamos passar para as freguesias, a lei diz atenção, despesa pública não pode aumentar, não, vai ser o contrário. Nós sabemos que as freguesias precisam de mais meios, precisam de contratar, que o pessoal não quer ser todo transferido para as juntas de freguesia e, portanto, a despesa não vai sair da Câmara, nós vamos duplicar a despesa, também esperamos que o trabalho seja bem feito, porque acreditamos na proximidade e na capacidade de resposta das juntas de freguesias, portanto, estou a dar-vos exemplos de um conjunto de fatores que obrigam a que tínhamos esta capacidade de a cada momento adaptar o orçamento aos desafios e aquilo que podemos conquistar em termos de novas candidaturas e novos projetos, mas simultaneamente, esta oscilação permanente dos preços das despesas, dos custos, seja com bens, seja com aquisições de serviços e, portanto, não entendo isto como falta de planeamento, entendo isto até como uma capacidade não só de resiliência, mas de adaptação constante para que a nossa atividade continue e cresça, em vez de diminuir é porque eu sei o que eram orçamentos virtuais e o choque tivemos todos em dois mil e dez e ter lá dinheiro em orçamento e não existir esse dinheiro para pagar em tesouraria e deixar de fazer e deixar de pagar, agora, nós aqui trabalhamos pelo seguro, não fazemos orçamentos virtuais.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Carlos Valente, MCCP, um rodapé por favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, peço desculpa só queria responder ao Sr. Presidente de Câmara porque referiu que não percebeu a posição do MCCP.

Na verdade, aquilo que pretendemos é, chamar à atenção que, às vezes é preciso mudar a abordagem, em vez de reivindicarmos o que nós chamamos da proatividade é pedir ao executivo para que tenha uma atitude mais construtiva e não reivindicativa, ir para a luta, ir para a rua lutar às vezes não resolve os problemas todos nós sabemos que houve várias manifestações de muitos municípios, aliás, consta nas notícias que sessenta por cento dos municípios são contra a delegação de competências, mas depois na realidade já cá estão e, portanto, se tivéssemos ganho tempo, em vez de reivindicar sermos contributivos e tentar sensibilizar o Governo estado de que para um município como Palmela que se calhar, têm deficiências que um município como Oeiras não tem, poderíamos ter conseguido chegar a uma solução diferente, a verdade é que aquilo que nós sabemos é que o valor a receber para o orçamento deste ano, três ponto sete milhões de euros e aquilo que eu não consigo, nem o MCCP consegue uma resposta é suficiente, ou, não, alguém estudou isso ou não, e se não é suficiente quanto é que seria suficiente e isso não existe, é só isto, que nos referimos e, portanto, nesta fase, não nos é permitido ir contra porque é inevitável e, por isso, estamos solidários e se o Sr. Presidente disse e bem e eu acredito que estiveram sempre a trabalhar na parte da solução, estamos solidários com isso a verdade é que hoje já temos a delegação de competências no município e para mim, pelo menos, para nós não é claro se estamos contentes, descontentes, ou o que é que pedimos a mais, a verdade é que andamos a lutar nas ruas, mas agora, temos o que temos e esta abordagem, nós gostávamos de sugerir que fosse diferente para o futuro, fosse mais contributiva desde o início.

Em segundo lugar, quando fala de falta de planeamento, quando eu falo de falta de planeamento ou de estratégia permitam-me referir e peço desculpa por fazer aqui, mas gostava de sugerir a todos elementos da Assembleia Municipal e do executivo que desse ao trabalho de visitar o site da Câmara Municipal de Palmela, dei-me a esse trabalho, desde a última Assembleia Municipal, onde eu me referi à falta de estratégia e descobriu um documento chamado Plano Estratégico Municipal e abri, é um PDF, e não é mais do que o programa eleitoral da CDU, com candidatos eleitos e não eleitos, e quatrocentas medidas de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, estamos, notem em abril de dois mil e vinte e dois, que não é um plano estratégico, é um programa eleitoral e aquilo a que eu me refiro, se eu fosse um empresário ou um cidadão ou o motorista, que me quisesse deslocar a Palmela e querer fazer aqui alguma coisa, ficaria dececionado com esse Plano Estratégico, quando eu me refiro a um plano estratégico e prioridades aquilo que nós temos que pensar é estudar profundamente o que é que queremos para Palmela nos próximos dez anos, é primeiro turismo, é primeiro educação, porque sabemos que não há dinheiro para tudo, então que prioritiza, é só isto que nos referimos, peço desculpa pela explicação ser mais morosa, mas que entendi que deveria responder.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente se me permite duas notas.

Às vezes ficamos com a sensação que isto é preso por ter cão, e preso por não ter, eu respeito a opinião de Vexa. mas eu não prescindo da reivindicação, seja nas ruas, seja nos gabinetes dos Ministros, dos Secretários de Estado, com quem discuto os olhos nos olhos e com argumentos que não me conseguem contrariar apenas, me conseguem sossegar um bocadinho dizendo "*não gente vai rever isso*" é porque fomos propositivos, e muitas das matérias têm avançado com propostas da Câmara Municipal de Palmela e dos interlocutores políticos da Câmara Municipal de Palmela.

A segunda questão, sobre a visão estratégica para o município, de facto, aquele documento está desatualizado, mas reparo que tinha que consultar outras partes do site, o investir tem lá qual é a nossa visão e outras partes do site também tem outra visão, mas um dia teremos oportunidade de discutir isso no Fórum Município, neste século, para perceber melhor, porque as coisas têm sido ditas e estão escritas podem não estar arrumadas no sítio certo e estamos disponíveis para isso, nós sabemos para onde queremos ir não vou aqui repetir já o referi na área da sustentabilidade ambiental, na área do planeamento, rigoroso do ordenamento do território, na área das Energias alternativas, na área da mobilidade suave, na área da educação, da cidadania, do bem-estar animal, social, temos isso tudo devidamente escalpelizado até porque isso serve depois e é emanado para todo o município, desde a avaliação dos trabalhadores, isso depois, vai para cada unidade orgânica, teremos oportunidade de um dia a debater e de conhecer porque, às vezes, é preciso debatermos para chegarmos lá às fontes e estou inteiramente disponível para isso."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, mas então esse documento haveria de sair, enfim, do sítio onde está, estando desatualizado.

Só uma nota também para o Sr. Presidente de Câmara, é uma correção, mas é uma correção que tem a ver com o trabalho de muitos anos, as Direções Regionais distinguiram-se, neste momento à Delegações Regionais e, nomeadamente aqui é a Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pronto, mas isto é a terminologia que nós usamos anos e anos e, portanto, acabamos por cair na mesma é só para que ata fique em condições e, por tanto votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte cinco votos a favor (doze da CDU, nove do PS e quatro do MCCP) e cinco abstenções (três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ponto dois."

PONTO DOIS – Nomeação do fiscal único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 26.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Cumpre ao município trazer a aprovação da Assembleia uma proposta que acaba por ser operacionalizada pelo Conselho de Gestão da Palmela Desporto no âmbito da legislação aqui aduzida.

Refere precisamente o citado diploma que compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante que compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa, sob proposta do órgão executivo.

A empresa municipal Palmela Desporto, desenvolveu o procedimento administrativo para a formação de contrato tendente à adjudicação da prestação deste serviço, ao abrigo do Código da Contratação Pública. A documentação está aqui anexa à presente proposta.

Chegou-se à conclusão que devia propor a deliberação da Assembleia Municipal, a designação da empresa "UHY & Associados, SROC, Lda.", fiscal único da empresa municipal Palmela Desporto, E.M., para os anos económicos 2022 a 2025.

Anexam-se deliberação do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, EM, relatório final do júri do procedimento de consulta prévia para serviços de auditoria externa às contas da Palmela Desporto para os anos económicos 2022 a 2025 e documentação referente à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "UHY & Associados, SROC, Lda.", empresa selecionada, os quais fazem parte integrante da presente proposta, depois ou eu ou o Dr. Paulo Pacheco que percebe mais destas coisas, estamos disponíveis para esclarecer alguma dúvida."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções sobre este ponto da ordem de Trabalhos?

Não existindo intervenções votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (doze da CDU, quatro MCCP e três PPD/PSD) e doze abstenções (nove do PS, dois do CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto Três da nossa ordem de trabalhos, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO TRÊS – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela para o quadriénio 2021_2025.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente se me permite solicitar que a proposta seja transcrita na íntegra para a ata.

Decorrente do atual mandato autárquico 2021/2025, e considerando o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, no seu artigo 58º, impõe-se a necessidade de nomear os representantes que constituem o Conselho Municipal de Educação de Palmela, para o quadriénio 2021-2025.

A legislação que regula a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, transfere para as autarquias competências ao nível da educação e define o Conselho Municipal de Educação como a instância de coordenação e consulta que envolve os vários agentes locais, aos quais cumpre, entre outras funções, promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa e a análise e acompanhamento do funcionamento do sistema educativo.

Esta instância é composta por vários membros, alguns dos quais por inerência ao cargo que desempenham, outros que, por força da lei, indicaram os respetivos representantes.

Assim, na designação dos representantes das alíneas l) a s) foi dado cumprimento ao estabelecido no nº 3 e nº 4, do artigo 57º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.

Face ao exposto, obteve-se a seguinte composição:

a) Presidente da Câmara Municipal – Álvaro Balseiro Amaro;

b) Presidente da Assembleia Municipal – José Carlos Matias de Sousa;

c) Vereadora responsável pela Educação – Maria João Camolas;

d) Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho – António Mestre;

e) Representante do departamento governamental responsável pela área da educação – Orlando Silvestre Fragata;

f) Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Joaquim Sardinha (efetivo); Tiago Cruz (suplente);

g) Diretora do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Maria Graça Pena;

h) Diretor do Agrupamento de Escolas José Saramago – Faisal Aboobakar;

i) Diretora do Agrupamento de Escolas de Palmela – Ana Ludovina Serra;

j) Diretora da Escola Secundária de Palmela – Isabel Ramada;

k) Diretora da Escola Secundária de Pinhal Novo – Isabel Catarino;

l) Representante do pessoal docente do ensino secundário público - Maria João de Jesus Anes da Costa (efetivo); Ricardo Miguel Oliveira Calado Pereira Chumbinho (suplente);

m) Representante do pessoal docente do ensino básico público**:** Mafalda de Jesus Pitaça Luna (efetivo); Graça Marília Chulo Machado (efetivo);

n) Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública: Isabel Maria Salvado do Carmo Godinho (efetivo); Rosa Maria Pereira da Cunha (suplente);

o) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Maria dos Santos**:** Carlos Saraiva (efetivo); Maria da Graça Bailador (suplente);

p) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Saramago**:** Eulália da Luz Fernandes Alves;

q) Representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas de Palmela**:** Maria do Carmo Teodoro (efetivo); Florbela Teixeira (suplente);

r) Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Palmela: Nuno Gonçalo da Silva Garcez Malaquias Ferreira;

s) Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Pinhal Novo: Luís António Lagartixa;

t) Representante dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privado: Alexandra Dóris;

u) Representantes das associações de pais e encarregados da educação: Pedro Paulino (efetivo); Sandra Rodrigues (efetivo); Mafalda Matos (suplente);

v) Representante das associações de estudantes – a designar;

w) Representante das instituições particulares de solidariedade social: Carlos Marques Taleço (efetivo); Carla Susana Rocha Portela (suplente);

x) Representante dos serviços públicos de saúde: João Manuel Vilhena Diegues;

y) Representante dos serviços da segurança social: Pedro Encarnação;

z) Representante dos serviços de emprego e formação profissional: Luísa Oliveira (efetivo); José Luís (suplente);

aa) Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto: Eduarda Marques (efetivo); Maria do Rosário Correia (suplente);

bb) Representante das forças de segurança: Capitão Sabino Santana (efetivo); Cabo Nuno Felício (suplente);

cc) Representante do Conselho Municipal de Juventude: Mourana Monteiro;

Face ao exposto propõe-se, ao abrigo do artigo 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio de 2021-2025."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sobre este ponto alguma intervenção?

Colin Marques PSD."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD:**

"Sr. Presidente permite-me que, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, membros, executivo e público.

Tivemos aqui a ver, portanto, relativamente à nova composição do Conselho Municipal de Educação, está de acordo com aquilo que o decreto-lei 21/2019 prevê e, portanto, não há assim nada que nos devemos opor de

qualquer das maneiras, prestou-me um pouco de atenção aqui o decreto-lei, 21/2019 e logo no início, portanto, tendo em conta essas competências que o Conselho Municipal se vai debruçar nos próximos tempos. Logo de início na secção Carta Educativa, diz assim "*Carta Educativa é a nível municipal, um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município de acordo com as ofertas de educação e formação, que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*". Acho que até aqui nada a opor, agora Sr. Carlos Valente, eu também faço um trabalho de pesquisa no site e fui ao site ver a carta educativa do concelho de Palmela, vocês sabem o que é que eu descobri, que ela é de dois mil e seis. Mas pior ainda, é que ela não só de dois mil e seis, ela é de dois mil e seis, mas é caracterizada com dados de dois mil e um e portanto, temos aqui coisas que quem olha para a nossa carta do concelho de Palmela, vê coisas que ainda estávamos a falar de uma época que a taxa de analfabetismo era superior a taxa de pessoas com ensino superior no concelho.

Eu não quero que fique outra vez chateado e que estejamos a falar outra vez numa acusação de falta de planeamento, mas tendo uma carta educativa de dois mil e seis com dados de dois mil e um, em dois mil e vinte e dois, quando o concelho em dois mil e um tinha cinquenta e três mil habitantes mais coisa menos coisa e agora tem sessenta e oito mil que a população que foi pensada essa estratégia educativa já não está na escola, que já passaram estes anos todos as pessoas já estão a fazer as coisas, estão no trabalho mesmo as que estavam na creche e pré- primária se isto aqui não revela, falta de planeamento, digamos assim o que é que eu posso mais dizer a nossa esperança do PSD é que o novo Conselho Municipal de educação que votaremos a favor, agarre já neste problema e atualize uma carta tendo em conta que poderá já entra em vigor já no próximo ano letivo que se inicia em setembro próximo obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tomás Barão do Bloco de Esquerda."

O **Sr. Tomás Barão do BE:**

"Boa noite a todas e a todos, o Bloco de Esquerda tem aqui a preocupação de haver apenas um único nome que não está mencionado que é o representante das Associações de Estudantes e nesse sentido, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente um esclarecimento do motivo de estar a designar e de como é que isto poderá acontecer em breve, vamos ter de votar outra vez ou como é que isto é designado.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção neste ponto? Não?

Sr. Presidente faz favor para o esclarecimento da Carta Educativa."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sobre a questão em concreto senhor membro do Bloco de Esquerda, isto acontece às vezes com vários órgãos as associações são convidadas até no âmbito do Conselho Municipal de Juventude também acontece o mesmo a organizarem-se e a votarem entre si o representante. Isto é uma coisa que é mais mutável de ano letivo do enfim e a dinâmica das Associações de Estudantes também não é idêntica e à data para fechar a proposta, não tínhamos essa informação, mas fazemos as diligências que temos de fazer que é oficiar todas

as associações para se encontrarem e definirem quem é representante neste concelho. Obviamente, não desistimos de perseguir este objetivo.

Quanto às considerações feitas pelo senhor membro da Assembleia Colin Marques, eu quero esclarecer Vexa., se calhar se consultar os sites de outras câmaras que entendam manter lá o documento que efetivamente é um documento legal aprovado vai encontrar muitas da mesma data e das mesmas circunstâncias, porque, de facto, o site não tem que ter lá uma coisa que não foi concluída, nós fizemos já a monitorização, fizemos já até outro diagnóstico e até temos um ante projeto de nova carta educativa, agora, se calhar, é do desconhecido de Vexa, é que no âmbito da legislação, entretanto emanada sobre esta matéria ficamos à espera de um conjunto, Dra. Fernanda Rôlo ajude-me, não são recomendações, mas são orientações do Ministério da Educação e, portanto…"

Dra. Fernanda Rolo:

"Gravação não audível, não falou para o micro."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É porque, de facto, ficou-se a aguardar isso e esta é a matéria que todos os conselheiros, obviamente nós debatemos este assunto, embora tenhamos outros instrumentos que têm os diagnósticos atualizados, nomeadamente, olhe até os próprios relatórios que os representantes do Ministério da Educação devem trazer às reuniões do Conselho Municipal de Educação que nem sempre veem e também nem sempre apresentam, mas nós temos, praticamente anualmente dados atualizados sobre esta matéria. Nós queremos concluir esse instrumento, mas também é preciso de uma vez por todas clarificar-se as orientações e o modelo, porque isto não é um documento que cada um faça à sua maneira e essa é a razão por que é que isso está profundamente desatualizado, quero que fique claro nesta matéria, agora não enjeitamos a necessidade de a ter, mas temos outros instrumentos que acabam por nos dar informações preciosas para isto e que se cruzam até com os estudos que temos no Plano Diretor Municipal, na Demografia, até o nosso próprio Observatório interno na câmara tem dados sobre isto e que são apresentados ao Conselho Municipal de Educação e aos Conselheiros para os efeitos e para instruírem por vezes a fundamentação de um conjunto de outras propostas e tomadas de posição e, portanto, é só para dizer-vos que essa não é sequer só uma tarefa do Conselho Municipal de Educação aprova, mas essa é uma tarefa de um conjunto de entidades, que têm de contribuir com dados objetivos e com estudos para um processo que depois sim, vai ao Conselho Municipal de Educação e tem que vir também aos órgãos mas temos, por exemplo, a carta de equipamentos no Plano Diretor Municipal, temos outras coisas que obviamente, estão atualizados.

Esta é a explicação que lhe posso dar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Alguma intervenção? Não?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS e quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Concluímos assim a nossa ordem de trabalhos, deixem-me dar duas notas, uma delas sobre o 25 de Abril, convite desde já para que todos estejam presentes, foi endereçado pelos serviços um pedido para que indicassem todas as forças políticas independentemente da sua representação aqui na Assembleia Municipal, quem era o elemento que deveria de usar da palavra na cerimónia do 25 de Abril ainda aguardamos alguns, e portanto, convido-vos para às onze horas no dia vinte e cinco, estarem presentes para que possamos comemorar em termos de Assembleia Municipal institucionalmente o 25 de Abril.

A vinte e sete, já sabem também, porque já foi comunicado aos líderes de bancada haverá Assembleia Municipal com um ponto principal da ordem de trabalhos que tem a ver com a prestação de contas do ano de dois mil e vinte e um.

Muito obrigado pela vossa presença, uma boa noite a todos os que estão aqui e os que estão em casa, muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e doze minutos do dia treze de abril de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos treze dias de abril de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa